

06 Associativismo em rede: uma construção identitária em territórios de agricultura familiar

Zilá Mesquita, Márcio Bauer

RESUMO No sul do País é a agricultura familiar que tem se ocupado predominantemente da produção de alimentos orgânicos. O trabalho busca refletir primeiro sobre as múltiplas facetas da identidade e os traços identitários da agricultura familiar no Sul do Brasil, para então identificar e caracterizar uma rede de geração de credibilidade na produção e comercialização de alimentos orgânicos: a “Rede Ecovida de Agroecologia” que abrange os três estados meridionais. Assinala-se a forma como esta rede sócio-econômica está se estruturando, sua finalidade, as práticas sociais de cooperação e de comunicação utilizadas, assim como as relações internas e externas da Rede. Quanto aos aspectos metodológicos, o trabalho é de natureza eminentemente qualitativa. Inclui: a) a consulta e análise de dados secundários referentes a documentos da Rede; b) a realização e análise de entrevistas semi-estruturadas em Centros de Tecnologia de produtos orgânicos, considerados como alguns dos “nós” da Rede. Enfim tece-se algumas considerações sobre a construção em rede em territórios de agricultura familiar.

SUMMARY Family agriculture in South Brazil has charged conventional production by organic food production. The present work tries first to reflect about the several faces of identity and the identity marks on South Brazil familiar agriculture. After we try to identify and to characterize a producers social-economic network involved with production and commercialization of organic foods. This network, called “Rede Ecovida de Agroecologia” acting in the three South states of Brazil is now structuring its social cooperative and communicative practices on its inner and external relationships. Methodological aspects of this work includes: a) networks documental analysis; b) interviews with people working on organic products in alternative technology centers. Some considerations about the settlement territorial-historic process in family agriculture in Rio Grande do Sul are presented. Finally this actual territorial network construction and its effects are presented and discussed.

Descritores identidade | agricultura familiar | associativismo | rede de agricultura familiar | Sul do Brasil

Descriptors identity | familiar agriculture | associative forms | familiar agriculture network | South Brazil

Zilá Mesquita¹
Márcio Bauer²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
E-mail: zmesquita@adm.ufrgs.br

1 zmesquita@ea.ufrgs.br - Professora - Escola de Administração - Programa de Pós Graduação em Administração - PPGA - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.
2 mbauer@vetorial.net - Professor - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - Mestre em Administração pelo Programa de Pós Graduação em Administração - PPGA - da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

1. Introdução Os efeitos que a Revolução Verde provocou nas últimas décadas em transformações nem sempre positivas em termos de qualidade de vida tanto para os que produzem quanto para os que consomem, têm oportunizado reflexões e práticas voltadas para a produção de alimentos ecológicos a partir de pequenas propriedades de origem familiar. No Brasil o tema ganha atualidade não só pela ausência de uma Reforma Agrária nunca enfim resolvida no país cujos efeitos contundentes são noticiados em conflitos no campo, mas ainda por se constituir em uma expectativa em termos de política pública. Em outras palavras: a inclusão da agricultura familiar, no contexto de uma política pública agrária e agrícola poderia contribuir para melhorar a distribuição de renda no país. Inscrita numa política pública desta natureza, a agricultura familiar poderia contribuir para prover o abastecimento alimentar nas áreas urbanas, em um país de urbanização galopante como a que se verificou nas últimas décadas. Há ainda um fato inegável do ponto de vista da segurança alimentar: hoje é a agricultura familiar quem disponibiliza, em grande parte, a oferta de alimentos sem o uso daqueles agroquímicos implementados pela Revolução Verde. Uma das regiões em que a agricultura familiar floresceu e está (re) construindo uma identidade própria, é o sul do país.

Parte-se do pressuposto que a agricultura familiar no sul do Brasil pela maneira como se constituiu, propicia o associativismo, tem gerado, e pode continuar a gerar, práticas sociais nutridoradas de sua identidade no meio rural. Três são as justificativas para isso: Primeiro por estar assentada numa estrutura da sociedade: a família, que supõe a cooperação entre indivíduos para a sua manutenção. Depois porque a estrutura fundiária em pequenas propriedades pode (embora não necessariamente induza a isto) propiciar intercâmbios e práticas sociais comunitárias como: mutirões, reuniões para fins recreativos ou de trabalho, intercâmbio de informações. Terceiro porque há fortes raízes culturais de caráter histórico que lastreiam a sua permanência, mesmo ao longo de um período de modernização agrícola como o que se verificou no Brasil nas últimas quatro décadas.

Estas vivências em comum, estas práticas sociais, ao mesmo tempo em que podem ser tributárias de uma herança social do passado –através de tradições e costumes– podem também inaugurar novas formas de cooperação entre famílias congregadas em núcleos associativos. Em outras palavras: tais práticas sociais são insumos na construção da identidade coletiva. A realidade sob análise chegou a oportunizar a constituição de uma forma organizacional em rede na agricultura familiar: a rede *Ecovida de Agroecologia* que será mais adiante examinada. Esta identidade cimentadora do associativismo remete a questões mais abrangentes: O que é a identidade? E mais especificamente: o que é a identidade de um grupo social e como ela alimen-

ta o associativismo? Para respondê-las, é útil verificar como autores oriundos de diferentes áreas apresentam a questão identitária.

2. A identidade em múltiplas

facetas Originalmente o termo *identidade* diz respeito àquilo que é idêntico, semelhante ou que possui as mesmas características. A identidade também inclui aquelas características que tornam uma pessoa ou grupos diferenciados dos demais e ao mesmo tempo semelhantes entre si. Para os fins a que nos propomos, a identidade é uma construção social complexa e multidimensional que envolve a percepção de si mesmo e dos outros como parte de um grupo, (Ashfort e Mael, 1989; Cuche, 1999; Mesquita, 1997; Nkomo e Cox, 1999; Santos, 1998) tomado no seu mais amplo sentido no qual se inscrevem as mais variadas formas de associativismo.

Embora reflexões sobre identidade sejam recorrentes em áreas como antropologia, geografia e sociologia, nos estudos organizacionais (que nos interessam aqui devido à forma organizacional emergente em “rede”) esta ainda não se constitui uma tradição (Nkomo e Cox, 1999). No Brasil, na área de administração, há um bom exemplo de reflexão a este respeito no trabalho de Caldas e Wood Jr. (1999) quanto ao conceito de identidade organizacional. Eles sinalizam que “se essa tendência –que envolve tanto alianças entre corporações como tendências virtualizantes intracorporações e entre pequenas empresas e trabalhadores individuais (teletrabalho)– é realmente importante, há necessidade de se repensar completamente o conceito.” Finalizam apontando como um caminho para futuras pesquisas investigar o processo de *construção coletiva* da identidade individual e da identidade organizacional, tarefa a que em parte nos propusemos no presente trabalho, embora sem ignorar as limitações que a complexidade desta tarefa impõe.

Inicialmente, é importante que se faça a distinção entre abordagens objetivistas e subjetivistas da identidade, tomando como referência a obra de Cuche (1999). Nas objetivistas a identidade é dada a partir de critérios determinantes como a origem comum (hereditariedade), a língua, a cultura, a religião, a psicologia coletiva, o vínculo com um território, etc. Já nas abordagens subjetivistas, a identidade reflete um sentimento de vinculação ou uma identificação a uma coletividade imaginária, prevalecendo as representações que os indivíduos fazem da realidade social e suas divisões. O que se resgata deste autor para os fins a que nos propomos é a necessidade de entender a influência de ambas as abordagens na construção de uma identidade a partir de uma concepção relacional e situacional. Desta forma não

existiria uma identidade acabada na Rede a ser apresentada, definível de uma vez por todas, mas sim uma identidade que é construída e reconstruída constantemente no interior das trocas sociais que os múltiplos fluxos propiciarem. Não é nosso intuito, porém, classificar a identidade da Rede Ecovida em um determinado tipo. Todavia é inegável que numa primeira aproximação, como é o presente caso, a caracterização desta rede sob análise –como nova forma organizacional– é um ponto de partida para, quem sabe em outros trabalhos, se compreender melhor as práticas sociais e como elas contribuem para construir e atualizar a identidade na Rede.

Entretanto se a análise se focar sob a perspectiva da identidade do indivíduo e de sua inserção em uma rede e os vínculos que aí se criam, concordamos que assim pode se expressar essa construção identitária:

“No momento em que o sujeito passa a delimitar seu lugar e sua identidade, cria laços, alianças e insere-se em um espaço de grupo, junto a outros sujeitos com o mesmo interesse. Todos os sujeitos passam então a constituir-se em participantes ativos da rede e também em fiadores “da garantia do espaço individual em um contexto de grupo”. (Turck, 2001:33)

Esta assertiva corrobora os argumentos mais adiante apresentados de que os sujeitos atuam como atores sintagmáticos, relacionais, e é oportuno ressaltar que o fazem construindo e mantendo suas identidades através de um processo de compreensão de si mesmos e de suas intervenções na realidade. É por isso que “identidades coletivas passaram a ser compreendidas a partir não só de um agregado de interações sociais, mas também da razão político-estratégica de atores sociais” (Santos, 1998:151).

Eis aí algo que nos interessa para a compreensão dos atores sociais que temos em mente –os agricultores familiares: uma razão político-estratégica que ultrapasse as lentes acanhadas de sua propriedade. Atores na acepção de *atuar*, intervir na realidade e no território em que vivem. Esta construção de uma identidade coletiva no território a partir de uma *razão político-estratégica*, a nosso juízo, diz respeito a *atores sintagmáticos no território*, ou seja: a atores realizando um projeto no território a que pertencem (Rafestin, 1980 in Mesquita, 1995:82). É neste sentido que a identidade parece se configurar como o amálgama da rede, entendida esta última como nova forma organizacional que flexibiliza a contigüidade territorial, mas ao mesmo tempo une os atores através desta razão político-estratégica em torno do projeto compartilhado. É por esta razão que, dentre as formas de identidade (legitimadora, de resistência e de projeto) indicadas por Castells (1999), acentuamos a identidade enquanto “projeto” por se aproximar de uma razão político-estratégica de atores sintagmáticos no território e por isso mesmo poder se afigurar como um auxílio para a compreensão do associativismo em rede. Para Castells (1999) a *identidade de projeto* é uma construção realizada por atores sociais que, se valendo de qualquer tipo de material cultural, buscam não só redefinir sua posição na sociedade como ainda a transformação da estrutura social. Esse tipo de identidade pode começar como uma *identidade de resistência* por parte de atores

que se sentem em condições de desvantagem perante a sociedade e, de certa forma, estigmatizados por ela (Castells, 1999). Como veremos, isto parece ter algum poder explicativo para a rede que analisaremos mais adiante.

Iluminando um outro ângulo, o das características intrínsecas das identidades coletivas, Borzeix e Linhart (1996) apontam as identidades coletivas como possuidoras de *plasticidade, contingência, permeabilidade, configurações múltiplas* e constituindo-se em *uma aposta* do grupo social. A *plasticidade* confere à identidade um caráter móvel, flutuante e mutável –o que é útil para compreender a maleabilidade da identidade coletiva que possa se constituir na forma organizacional em rede e, sobretudo, em nosso público-alvo: entre agricultores familiares. Ela é construída através de incidentes e de acontecimentos que a nutrem (*permeabilidade*), sendo atualizada de acordo com as circunstâncias que lhe conferem voz e forma (*contingência*). Como nem sempre existe consenso no interior de um grupo sobre os traços mais importantes que caracterizam uma identidade, existem, assim, *múltiplas configurações* possíveis de identidade. Por último tem-se que a identidade é *uma aposta* coletiva de certo número de indivíduos que são convidados a se comportar como atores em um jogo, sem saber de antemão se este jogo vale a pena ser jogado. Portanto, o “projeto identitário”, que constitui o amálgama do associativismo em rede, nunca está acabado. É uma construção permanente, plástica, contingente, permeável e sujeita a configurações múltiplas que complexificam a sua análise.

Um outro aporte que pode contribuir para o amálgama do associativismo em rede constitui-se nos estudos que vinculam identidade e memória (Scheibe, 1985; Santos, 1998). Uma característica fundamental destes estudos é o entendimento da memória não como pura e simples faculdade mental, mas como construção social, através da seleção de experiências de vida que possibilitam uma *narrativa* de como somos. Uma vez que temos vários públicos a quem estas *narrativas* podem servir, temos mais de uma história (Scheibe, 1985). “Também os scripts da vida de outras pessoas são às vezes tomados como modelo para suas próprias histórias. De modo que as identidades tomadas são adaptações de versões de outras histórias, pois foram vividas ou inventadas por terceiros” (Scheibe, 1985:49).

No caso da agricultura familiar poder-se-ia perquirir se há um reconhecimento próprio, identitário em uma rede tão recente (criada em 2001-2002) cuja história que os participantes partilham ainda não teria consolidado uma memória coletiva enquanto Rede. Não é à memória da Rede que se deve creditar o vínculo entre identidade e memória coletiva. A memória coletiva existe na agricultura familiar, mesmo antes da Rede. Se ela auxiliar a consolidação da Rede, ao apelar para o resgate de suas origens nos territórios em que se situa, esta pode ser, talvez, uma perspectiva promissora. Por isso torna-se pertinente no âmbito restrito deste trabalho sem intenções de realizar uma revisão a este respeito, indicar em breves traços uma caracterização despreziosa da agricultura familiar no sul do Brasil; mais especificamente no Rio Grande do Sul.

3. Traços identitários da agricul-

tura familiar no sul do Brasil Na agricultura familiar dos três estados meridionais onde atua a Rede Ecovida (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a identidade cultural é um traço distintivo por ter suas raízes na chegada dos imigrantes, predominantemente italianos e alemães. Embora vindos em meados do século XIX de países europeus que tinham fortes diferenças regionais eles acabaram por constituir uma identidade interna relativamente homogênea ao longo de seu processo de assentamento no sul do Brasil. Isso se deveu em parte ao abandono e isolamento inicial a que foram relegados. Assim, tanto no caso alemão (saxões, pomeranianos, etc.) e italianos (do norte e do sul) se forma uma identidade cujas origens remetem à etnia (Seyferth, 1986).

O pertencimento dos agricultores a associações esportivas ou culturais como as religiosas, recreativas, de auxílio mútuo e profissional remonta à colonização e, segundo Seyferth (1986), tem papel preponderante na formação da identidade. Foi esta pertença que os aglutinou em torno de objetivos específicos (corais, clubes recreativos, associações de boliche e bocha, cooperativas de crédito e cooperativas de produção). Tais propósitos ajudaram e auxiliam até hoje a fortalecer o espírito associativo. Como se observou em contatos com agricultores ecologistas, isto é: voltados ao cultivo de produtos orgânicos, eles são minoritários em face de produtores que utilizam a agricultura tradicional. Portanto parece que a Rede pode ter um papel aglutinador no associativismo tal como acontecia nos primórdios e que hoje ela pode ser não apenas a única, mas *uma* das formas de atualizar a identificação dos grupos. Na Rede Ecovida esta possibilidade traduz-se na produção e comercialização de alimentos ecológicos como projeto de vida, que reúne atores sintagmáticos ou seja: com este projeto, pois nela o agricultor percebe que não está só ao sentir-se identificado com um grupo de agricultores que compartilha o mesmo propósito.

Pelo fato de que as identidades irão se efetivar não somente no campo simbólico das interações entre pessoas ou grupos, a dimensão territorial também é significativa. A caracterização dos territórios de agricultura familiar, nos quais a Rede Ecovida teve origem, não pode ser dissociada das áreas de colonização no sul do Brasil, em terras do Planalto Meridional, freqüentemente em escarpas íngremes e cobertas pela floresta subtropical, com todas as dificuldades inerentes a este tipo de relevo acidentado, solo e vegetação arbórea densa para o cultivo da terra, acrescidas pelo isolamento em que permaneceram essas colônias por muito tempo.

Os imigrantes europeus, especialmente os de origem alemã, os primeiros a imigrar para a região, foram localizados em áreas despovoadas, quase sempre vales de rios, tanto no Rio Grande do Sul (1824) como em Santa Catarina, e, como informa Seyferth (1986), numa faixa de terra que ia do lito-

ral até o planalto, em lotes de terra que variavam entre 40 e 50 hectares, a fim de cultivá-los em um regime de policultura e trabalho familiar. No Rio Grande do Sul a colonização italiana, embora tenha ocorrido um pouco mais tarde (1875), se efetivou de forma semelhante à alemã. Ambas tinham em comum a constituição de colônias bastante homogêneas, onde o nativo brasileiro era minoria ou, simplesmente, não existia (Seyferth, 1986).

No que diz respeito à agricultura familiar hoje, esta dimensão territorial não é uma abstração, pois assume uma concretude nas práticas sociais necessárias e nos cuidados com o cultivo da terra em suas várias etapas: preparo, semeadura, tratamentos específicos, colheita, estocagem e comercialização dos produtos. O resultado de tais práticas, ou seja, os alimentos levados à comercialização, têm um traço distintivo que lhes confere identidade: portam geralmente o nome do lugar onde atua o grupo, núcleo ou associação e ainda o selo da Rede Ecovida.

Além das características históricas que remontam ao século XIX, resta lembrar que foi na região de colonização alemã, mais especificamente no atual município de Nova Petrópolis, no Planalto do Rio Grande do Sul, também conhecida como região da Serra, que foi fundada uma das primeiras cooperativas brasileiras com o objetivo de mobilizar recursos de crédito, e que tinha essencialmente origem rural.

É importante lembrar também que mais tarde, sobretudo a partir dos anos 60 e 70 do século XX, o Planalto gaúcho foi um dos “espaços-teste” para a implantação da modernização agrícola no País, o que trouxe várias consequências, dentre as quais: mecanização, êxodo rural, uso de agroquímicos nas lavouras com o conseqüente impacto sobre a saúde dos agricultores e o ambiente natural. Estes fatos, de natureza ambiental, tiveram também como corolário suas inflexões sócio-políticas, dado o modelo de desenvolvimento preconizado à época para o País e sobre o qual (e seus desdobramentos) se produziu vasta literatura.

Limitamo-nos a pontuar que as décadas de 70 e 80 do século XX são marcadas na região por um trabalho militante de setores progressistas das igrejas Católica (Pastoral da Terra) e Evangélica Luterana, que passam a marcar sua presença junto aos agricultores familiares e àqueles oriundos do êxodo rural. Em alguns casos, esta ação militante deu origem ou se desenvolveu paralelamente ao trabalho de ONGs (Organizações Não Governamentais), como a Cooperativa Ecológica Coolméia sediada na capital, Porto Alegre, mas com fortes incursões na região de agricultura familiar até hoje; o CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas Populares, em Passo Fundo; o CAPA - Centro de Assistência ao Pequeno Agricultor, vinculado à Igreja Evangélica Luterana e o CAE - Centro AgroEcológico com duas sedes: uma no Planalto no município de Ipê e outra no litoral do Rio Grande do Sul, no município de São Pedro de Alcântara. Algumas destas ONGs históricas fazem parte hoje da Rede Ecovida, que apresentaremos mais adiante. Das ONGs e igrejas que apoiam a Rede pode-se dizer que elas têm tido um papel educativo, resgatando no agricultor a sua relação “original” de harmonia com a terra e com o meio ambiente, auxiliando-o nos processos de resgate de técnicas não agressivas ou, se for o caso, nos processos de reconversão das águas e solos contaminados

como é o caso nas áreas de plantio de fumo. (Freitas e Mesquita, 2002 e 2004).

A ação do Estado na década de 60, através das EMATERs –Empresas de Assistência Técnica e de Extensão Rural– das secretarias de agricultura estaduais, incidia sobre trabalhos de assistência técnica e extensão rural, marcado por um modelo difusionista e por um saber de seus técnicos que, detentores do conhecimento, seriam os capacitados a repassá-lo, e cujo pressuposto teórico colocava o agricultor como agente passivo à espera da difusão da inovação (informações e ensinamentos) “...*que transformarão sua vida e o tornarão parte integrante do mundo moderno*” (Assis, 2001). Mais recentemente, a partir de 1998, a Secretaria de Agricultura do RS assumiu, como política pública, a opção em termos de agricultura familiar pela agroecologia. Essa, no contexto atual das escolas de agricultura ecológica, constitui-se como um movimento na América Latina em torno da preservação ambiental e promoção sócio-econômica dos pequenos agricultores.

A ação das igrejas e das ONGs, por seu lado, tinha como pressuposto teórico e mote inspirador a construção e reconstrução identitária do pequeno agricultor alicerçada na necessidade de dirimir a exclusão social a partir do princípio de justiça social.³ Buscou-se assim fomentar primeiro o cooperativismo, mais tarde o sindicalismo sob a forma de inserção dos pequenos agricultores em sindicatos de trabalhadores rurais e ultimamente o associativismo através da formação de associações de agricultores familiares reunidos pela produção e comercialização.

Estes parecem ter sido os embriões do associativismo em rede. O fato de o mesmo ser tão recente,⁴ necessariamente não se constituiria em fator restritivo à identidade coletiva, uma vez que a memória destas tradições associativas inscrita ao longo destas décadas na identidade social dos grupos de agricultura familiar hoje integrantes da Rede, não se refere apenas à memória do recente associativismo em rede.

Sendo a memória não apenas um registro histórico de fatos, mas uma combinação de construções sociais passadas com fatos significantes da vida social do presente, encontra-se em permanente reelaboração. “Parece que o que se diz ser uma reprodução é, por menos que se admita, uma reconstrução que serve para justificar a impressão que pode ser deixada pelo original. Raramente definida com muita precisão, é esta a impressão que persiste com maior frequência” (Barlett, 1932 in Scheibe, 1985: 51).

Em suma: a memória e a identidade apresentam-se em um processo de interação e construção. A memória, embora nem sempre evidente, integra a identidade, à medida que reforça através de lembranças o sentimento de pertencimento a um grupo, e ao mesmo tempo é constituída, uma vez que o processo de identificação agirá na seleção

³ Esta situação encontra respaldo até hoje, uma vez que um estudo da Secretaria de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul em 1998 diagnosticou dois tipos de pobreza rural neste Estado. A mais intensa relaciona-se às relações assalariadas na região sul do Estado e a menos intensa, mas com índices de concentração mais elevados, estaria em áreas de agricultura familiar do norte do Rio Grande do Sul.

⁴ Ricardo Abramovay(2000) faz uma análise desta inserção de ONGs na Rede TA - Tecnologias Alternativas atuante sobre este público.

e configuração dos episódios a serem lembrados. Ambas: memória e identidade são atualizadas e reconstruídas na interação social da vida cotidiana. Este passado, embora resumido de maneira tão sumária, espera-se que leve à compreensão do substrato existente na memória coletiva que permitiu a emergência da Rede Ecovida de Agroecologia e que está contribuindo, embora não seja a única, para (re)construir a identidade da agricultura familiar nos três estados mais meridionais do Sul do Brasil.

Enfim, conscientes de não termos analisado todas as facetas da identidade no universo rural, e que estes breves traços mereceriam complementos enriquecedores acerca da história regional e da agricultura familiar que assume particularidades e diversidades mesmo dentro de seus territórios específicos, concordamos que:

“É importante considerar que o” campo “não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções, não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. Nesse sentido não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos”. (Carneiro, 2001:1)

4. Atualizando a identidade: do estigma à valorização via asso-

ciativismo Em que pesem tais salvaguardas, esse processo de construção social nos permite tratar a identidade não como uma oposição entre indivíduo-sociedade, mas como algo que transita entre ambos e que integra ainda os valores culturais adquiridos através do processo de socialização (Mesquita, 1997). De acordo com depoimentos de agricultores é possível perceber que a identidade dos mesmos parece ser diretamente influenciada por suas representações sobre como os outros o percebem. De uma maneira geral eles se sentem inferiorizados ao serem reconhecidos como “colonos” na cidade, embora no meio rural esta seja uma identidade reivindicada e atribuída de forma recíproca por eles. É claro que esta avaliação depende das experiências vividas pelo agricultor no contato com a cidade, mas em muitos casos é possível identificar resquícios de experiências traumáticas de estigmatização.

“Eles vêm para a cidade buscando o que? Eles vêm pra estudar claro! Mas [...] o que eles querem realmente é saber se portar no restaurante. Saber andar rua afora e não ser visto de longe: aquele lá é um colono” (depoimento de uma agricultora de Canguçu).

Esta e outras falas transparecem o fato de que o urbano ainda é visto como superior; que tanto a forma correta de se comportar como a informação

e a “educação” correta estão no meio urbano. Desta maneira, uma igualdade parece ser reivindicada, mesmo que isso entre em contradição com o estilo de vida da colônia, mesmo que comprometa a reprodução social e cultural de práticas e valores da agricultura familiar. Embora isso seja reflexo de alguns “avanços” da vida moderna, que trazem o urbano para dentro do rural e provocam mudanças nos processos de socialização, muitos agricultores os percebem como pontos positivos:

“É, hoje parece que não é mais tanto assim, que o próprio agricultor, com todos os meios de comunicação, tem acesso a mais informação. Então ele não tem mais... a diferença não é mais tanta assim, do urbano para o rural e vice-versa” (depoimento de um agricultor de Canguçu).

Em contrapartida, a realização de feiras ecológicas e o contato com a cidade por parte dos agricultores ecologistas, parece realmente ter dado um outro sentido à sua identidade. Ele começa a ver valorizados, tanto seu estilo de vida como o seu conhecimento.

“O modo de ver o colono, com o nosso tipo de trabalho [o ecológico] ele tá mudando. Antigamente eles viam um agricultor passar na rua e diziam “lá vai o colono”. Porque sempre tem um meio diferente de andar, um meio diferente de se comunicar, de caminhar. Hoje já não, hoje a gente já tem uma amizade com esse pessoal da... com os consumidores daqui, né, então a gente já é visto de outra maneira.” (depoimento de um agricultor de Pelotas).

É visível que houve mudanças no comportamento do “pessoal da cidade”, mas houve muito mais uma mudança no comportamento do agricultor, que faz questão de ressaltar a sua condição de produtor ecológico para reivindicar uma posição de maior destaque e, com isso, ter sua identidade reconhecida. Nesse sentido a utilização de emblemas e marcas que o identifiquem com a causa ecológica (camisetas, bonés, crachás, adesivos) busca o reconhecimento de uma identidade afirmativa. Tudo isto encontra apoio nas práticas adotadas pela Rede Ecovida. Um agricultor entrevistado, por exemplo, quando fala sobre o uso de crachás considera que o pessoal da cidade está o valorizando, pois quando o chamam, é *“pelo nome, não é mais: ‘ô alemão!’”*.

O contato com um tipo de público que valoriza a agricultura e o trabalho do agricultor realizam uma verdadeira ressignificação nas identidades. O colono “agora” parece ser visto de forma diferente, sendo respeitado e até admirado. Com isso o agricultor tem reconhecidas, ao mesmo tempo sua identidade social e individual; o estigma passa a ser emblema. A agroecologia em geral, e a feira em particular, funcionam, nesse aspecto, como um projeto ressocializador.

Referindo-se aos vínculos que podem aprofundar o relacionamento entre os participantes de uma rede, Turck (2001:41) assegura que este movimento de articulação influi nas estruturas institucionais e na vida profissional e pessoal dos sujeitos envolvidos no processo, pois acarreta o compartilhamento de histórias pessoais e a possibilidade de construção coletiva de outras narrativas. Este, a nosso ver, é um elemento instituinte e potencializador na rede Ecovida pela maneira como está estruturada. A citada autora,

referindo-se a uma outra rede, isto é à rede emergente do estatuto da criança e do adolescente, diz textualmente:

“É o caminho que os indivíduos e os grupos encontram para serem protagonistas de suas vidas. O processo emerge, então, da reflexão de como os indivíduos se constituem como sujeitos, de como são participantes e participados pelos desenhos sociais. Ser protagonista é viver intensamente todas as possibilidades de tornar-se responsável. É participar de todos os movimentos sociais em que o compartilhar vai construindo possibilidades de intervenção e de mudanças. É a base subjetiva (...), que fundamenta todo o processo de construção de redes sociais”. (Turck, 2001:41-42)

Consideramos que a Rede Ecovida de Agroecologia compartilha destes pressupostos. Entretanto, percebemos ainda que é através deste construir interativo de possibilidades de mudança na vida rural brasileira que a Rede, como as ONGs, ao promover a realização de práticas sociais como reuniões, dias de campo e feiras, está não apenas construindo possibilidades de intervenção e mudança, mas também e concomitantemente construindo e (re) construindo a identidade da agricultura familiar, durante tanto tempo percebida apenas como uma agricultura de subsistência, fechada em si mesma e fora da economia monetária, esta sim, inquestionavelmente valorizada em seu lócus particular e específico: o dos territórios urbanos. Vejamos, portanto, como se apresenta constituída a Rede Ecovida de Agroecologia.

5. A rede Ecovida de agroecologia Segundo documentos coligidos na própria Rede e em entrevistas realizadas no CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas Populares, em Passo Fundo, onde se localiza a atual coordenação da Rede no Rio Grande do Sul, ela é um espaço de articulação que envolve agricultores familiares e suas organizações, organizações de assessoria, profissionais e pessoas envolvidas e simpatizantes com a produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos ecológicos. A Rede tem como metas fortalecer a agroecologia nos seus mais amplos aspectos, disponibilizar informações entre os envolvidos e criar mecanismos legítimos de geração de credibilidade e de garantia dos processos desenvolvidos pelos seus membros. Seus princípios preconizam: ter a Agroecologia como base para o desenvolvimento sustentável; garantir a qualidade do processo através da certificação participativa; trabalhar com agricultores familiares e suas organizações; ter como base a normativa nacional de produção orgânica; ser regida por normativa própria de funcionamento e de produção. Tais princípios conduzem aos objetivos desta Rede, que assim se expressam:

- Desenvolver e multiplicar as iniciativas agroecológicas.
- Incentivar o trabalho associativo da produção ao consumo de alimentos ecológicos.

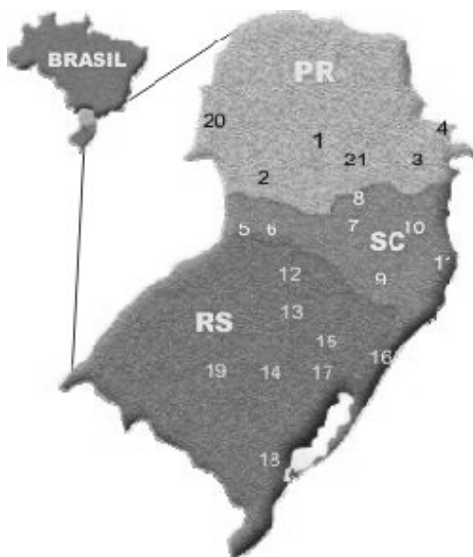
- Articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas.
- Aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores.
- Ter uma marca-selo que expressa o processo, o compromisso e a qualidade.

Os valores que permeiam tais princípios e objetivos são assim indicados no tópico referente à organização e normas de funcionamento:

“Nós acreditamos que os aspectos inerentes à agroecologia a saber: Proteção do ambiente; justiça e inclusão social, viabilização econômica, adaptação cultural e tecnológica –que visem à construção de políticas públicas– devem ser analisadas em conjunto com parâmetros semelhantes ou seja, a questão ambiental é tão importante quanto a social, a cultural quanto a tecnológica, a econômica quanto a política e viceversa. Desta forma, para que ocorra um harmônico desenvolvimento da Rede Ecovida de Agroecologia, todos os aspectos acima citados devem ser considerados e fomentados igualmente, a fim de que este movimento não seja de cunho meramente ambiental, ou econômico ou político ou social, mas sim integral.” (Rede Ecovida, 2001)

O trabalho em rede, assim preconizado, ao gerar processos de (re)conhecimento, visa à nutrir a construção de uma identidade coletiva na agricultura familiar ao dinamizar e atualizar o significado de pertencimento a um território, a uma organização e a um grupo que comunga valores, tarefas e objetivos em comum. Disto decorre o contínuo movimento na rede, que lhe confere um caráter de aparente impermanência, dada esta característica descentralizadora que as contínuas trocas e intercâmbios proporcionam ao transitar nos territórios da agricultura familiar entre as propriedades, os Centros Tecnológicos (as ONGs), as feiras e todas as oportunidades de reuniões: desde as assembleias ampliadas –menos frequentes– até as reuniões de grupos, de comissão de ética, núcleo, “dias de campo”, etc.

Por outro lado a Rede Ecovida não é a pioneira e nem a única fomentadora dessas idéias. Elas já estão presentes no movimento de agricultura ecológica que se construiu no sul do Brasil e que tem por base a agricultura familiar, sendo que a Rede constituiu-se recentemente como uma organização que congrega iniciativas ecológicas e seus grupos, funcionando como um catalisador do processo. De acordo com um de seus articuladores, o movimento representa não só a produção de alimentos orgânicos, mas a “valorização, incentivo e construção de uma cultura de justiça social centrada na ética da vida”, ética esta que busca “um mundo onde ninguém tem medo um do outro, ninguém explora ninguém. Um mundo onde a diversidade cultural é preservada” (ENCONTRO de AgriCultura Ecológica, 2002).



- 1 Centro oeste do Paraná
- 2 Sudoeste do Paraná
- 3 Maurício Burmester do Amaral
- 4 Agroflorestal
- 5 Núcleo extremo oeste de Santa Catarina
- 6 Oeste Santa Catarina
- 7 Vale do Rio do Peixe
- 8 Planalto Norte
- 9 Planalto Serrano
- 10 Núcleo Alto Vale
- 11 Litoral Catarinense
- 12 Alto Uruguai
- 13 Planalto
- 14 Regional Vale do Rio Pardo
- 15 Serra
- 16 Litoral Solidário
- 17 Vale do Caí
- 18 Sul
- 19 Centro Rs
- 20 Oeste Pr
- 21 Monge João Maria

Ela hoje se estrutura em três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Cada um deles é dividido em regiões de atuação da Rede. Segundo a viabilidade, forma-se um núcleo em cada uma delas. Atualmente há 120 grupos organizados de agricultores nos três estados e 25 ONGs envolvidas. A coordenação da Rede no Rio Grande do Sul considera que há cinco tipos de pontos nodais (nós) na rede:

1. grupos de agricultores familiares ecologistas
2. grupos de consumidores (cooperativas)
3. ONGs de assessoria em agroecologia⁵
4. agro- indústrias familiares, se existirem em cada região
5. comercializadoras (lojas de produtos orgânicos, entrepostos, desde que tenham caráter familiar e sejam microempresas).

É digno de nota que os grupos interligam-se em núcleos regionais⁶ para respeitar a identidade da região. Esta razão político-estratégica, a nosso ver, visou à resgatar a identidade coletiva enquanto memória e enquanto *projeto* da Rede ao conferir aos grupos este papel sintagmático no território.

No âmbito atual da Rede há 18 núcleos, dos quais no Rio Grande do Sul há sete que, segundo os entrevistados, estão “calcados em trajetórias históricas” e assim localizados:

⁵ No âmbito deste trabalho estão sendo chamados de Centros Tecnológicos.

⁶ No documento consultado havia sete núcleos. Posteriormente foi criado mais um no Rio Grande do Sul, o núcleo Centro RS.

	Núcleo	Sede	Referência
1	Planalto	Passo Fundo	CETAP
2	Alto Uruguai	Erexim	CETAP e CAPA
3	Serra	Caxias/ Ipê	Centro Ecológico Serra
4	Lit. Norte-Lit.Solidário	D. Pedro de Alcântara	Centro Ecológico Litoral
5	Vale do Cai	Montenegro	Ecocitrus (cooperativa de agricultores)
6	Vale do Rio Pardo	Santa Cruz do Sul	CAPA - Santa Cruz do Sul
7	Sul	Pelotas	CAPA e ARPA-Sul

Os núcleos são definidos pelo conjunto da Rede. As instâncias decisórias mais abrangentes são os Encontros Ampliados, que são assembléias gerais. Os *núcleos* em toda a Rede são compostos por, no mínimo, uma organização ou profissional(is) de assessoria em agroecologia, organizações de agricultores (grupos, associações e cooperativas), organizações de consumidores, comerciantes, processadores e membros individuais. Aos núcleos se atribui o papel de serem a referência da Rede em cada região que inclui agilizar o trabalho com atividades próprias, manter e disponibilizar as informações necessárias à Rede, manter atualizado o cadastro dos integrantes, indicar e respaldar a adesão de novos membros, analisar em primeira instância as informações referentes à certificação dos membros, recolher anuidades, entre outras. É oportuno esclarecer que o ingresso na Rede somente se faz a partir de indicação de um integrante. Cada núcleo forma a sua comissão de ética que deve incluir na sua composição também os consumidores. Além disso, o núcleo poderá constituir comissão técnica e de certificação. Prevê-se que uma entidade ou pessoa assuma a coordenação do núcleo para facilitar o acesso e intercâmbio de informações e que haja reuniões periódicas, no mínimo duas anuais.

Além das associações e núcleos, a estrutura da Rede prevê uma coordenação ampliada compreendendo um coordenador geral e representantes dos núcleos regionais que se reunirão no mínimo duas vezes ao ano. Como instância máxima de decisão a Rede prevê o *encontro ampliado* que ocorrerá ao menos anualmente em que a razão político-estratégica da Rede de definir os seus grandes rumos imprime aos integrantes o papel de atores sintagmáticos definindo as ações cabíveis. Em tais encontros prevê-se um espaço para análise de conjuntura, assunto(s) de “fundo” para discussão, trabalhos de grupo e questões regimentais da rede como: indicação de novos membros, eleições, modificações de regimento, informes, etc. Embora se preconize as decisões por consenso, caso isto não ocorra, ou o assunto vai para discussão mais aprofundada nas regiões ou é submetido a votação imediata. Nesta última alternativa, cada organização terá direito a um voto com peso 3 e cada indivíduo membro a um voto com peso 1.

Quanto às finanças, por tratar-se de uma organização sem fins lucrativos, os recursos financeiros arrecadados destinar-se-ão à manutenção de seus trabalhos e à realização de encontros, seminários, assembléias e produção e divulgação de materiais

informativos e didáticos. A Rede hoje não tem recursos próprios. Mas há o Fundo de mini-projetos. A administração financeira será realizada por uma organização tesoureira eleita bianualmente no encontro ampliado. Apesar desta carência, ela conseguiu no âmbito de sua atuação no RS realizar de 25 a 27 de junho de 2002 em Pelotas, com o apoio de 30 entidades governamentais e não governamentais, o “*Encontro de AgriCultura Ecológica - celebrando a ética da vida*” com 1750 participantes, em que a Rede Ecovida de Agroecologia no RS foi lançada oficialmente.

Há ainda prevista na estrutura da Rede, uma Associação Certificadora denominada Associação de Certificação Participativa. Para compreender a sua existência é preciso ter em conta que no bojo da globalização e um pouco à moda das normas ISO, teve origem em alguns países europeus a certificação de produtos alimentares. No Brasil esta é uma questão polêmica desde 1993/4 que não cabe aqui relatar detalhadamente.⁷ A questão, porém, é relevante para compreender as origens da Rede.

Segundo entrevistas realizadas e documentos consultados, no primeiro lustro da década de 90, o Ministério da Agricultura convoca setores da sociedade civil para tratar em reuniões em Brasília, da certificação de produtos orgânicos. Algumas ONGs do Rio Grande do Sul como a Coolméia, o CETAP e o CAE se reúnem então para discutir normas em comum. Na verdade, estas entidades já se articulavam desde 1988. Por seu lado, considerando esta conjuntura, a EPAGRI - Empresa de Pesquisa e Extensão da Secretaria de Agricultura de Santa Catarina, lança um documento chamando para ela a função de certificadora. Segundo os entrevistados, os movimentos sociais em Santa Catarina reagem contra isso e rasgam o documento. Ainda em reação à atitude da EPAGRI, cria-se a Rede Ecovida que surge como fruto deste processo. Portanto, inicialmente, a rede Ecovida nasceu em Santa Catarina e no seu formato organizativo ela surge a partir de grupos organizados de agricultores. Se a Ecovida iniciou como uma reação à EPAGRI, no 2.º semestre de 1999 surgiu a proposta de ampliar a Rede para os três estados e em março de 2000 referendou-se a proposta no 2.º Encontro Ampliado.

Em 17 de maio de 1999 o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento –MAPA– promulga a Instrução Normativa MA n.º 07 regulamentando a certificação de produtos orgânicos. Constituiu-se efetivamente em lei em dezembro de 2003, cuja próxima etapa é a sua regulamentação. A portaria n.º 17 também do MAPA, de abril de 2001 trata do registro de certificadoras. Segundo documento da Rede, ela assim reagiu a estas determinações:

⁷ Para maiores detalhes sobre o processo de certificação ver, entre outros e sob a perspectiva da Cooperativa Coolméia, Mesquita, Zilé - “Certificação de produtos orgânicos: percepções no setor de Ecotecnologias –ECOTEC– da cooperativa ecológica Coolméia: primeiras aproximações” Anais do V Simpósio Latino-americano sobre *investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários - IESA* e V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção - SBSPP Florianópolis, SC, maio de 2002. E ainda: Andrade, Jackeline. e Mesquita, Zilé - A certificação de produtos orgânicos e seu processo de institucionalização no Brasil” - XXVII ENANPAD, Atibaia, São Paulo, 2003 Anais Eletrônicos.

“A rede Ecovida surge como resposta ao processo de mercantilização da agricultura ecológica e ao sistema convencional de certificação de produtos orgânicos. A necessidade de promover um sistema próprio de garantia de qualidade dos alimentos produzidos, fez com que se desenvolvesse o processo denominado *certificação participativa em rede*. (...) A Rede Ecovida de Agroecologia não é uma entidade jurídica, caracteriza-se como uma organização de fato, mas não de direito, tendo em vista que seus objetivos e princípios extrapolam o âmbito da certificação somente. Para fins de formalização do processo de certificação, foi constituída dentro da rede a *Associação Ecovida de Certificação Participativa*, que possui estrutura jurídica, já adaptada ao marco legal em andamento, mas que está submetida regimentalmente ao controle social da Rede Ecovida.”(Rede Ecovida, 2001)

O que nos interessa aqui é chamar a atenção sobre como esta forma de associativismo se expressa a partir de um objetivo bem definido como é a certificação embora, como bem salientam os seus coordenadores e os documentos da Rede, este não se constitua em sua razão de ser e muito menos no cerne de sua identidade. A nosso ver a certificação, do modo que a Rede a percebe, passa a ser um instrumento a corroborar com o associativismo preconizado. Esta parece ser a razão de instrumentalizá-la com uma futura certificadora legalmente amparada, prevendo os desdobramentos futuros da instrução normativa e da portaria ministerial. É por estes motivos que a Associação de Certificação Participativa dispõe de Comissão Técnica, Conselho de Certificação e Conselho de Ética ou de Recursos. Enquanto as Comissões técnicas dos estados serão compostas pelas entidades de Assessoria com mínimo de 3 membros por comissão, a Comissão de Ética (nos grupos de agricultores e/ou núcleos regionais) compõe-se de 3 membros (agricultores(as) e/ou técnicos do grupo, com mandato de 1 ano com renovação de 1/3 de seus membros, escolhidos na assembléia ou reunião do grupo (associação , cooperativa, etc) A certificação é obtida pelo agricultor integrante da rede nela interessado atendendo aos seguintes requisitos e práticas:

1. Estar em dia com a Rede
2. Preencher o *formulário de certificação* (1 por propriedade)
3. Apresentar os formulários para o *Conselho de Ética* do Núcleo e solicitar uma visita (intercâmbio)
4. O Conselho de Ética dá o parecer (aprovado ou com sugestões)
5. O grupo solicita a quantidade de selos ou o atestado e a Coordenação do núcleo pede os selos para o *Conselho de Certificação da Rede Ecovida*.

Assim não é o agricultor isolado o principal agente de transformação da realidade mas as associações de produtores ecológicos e cooperativas, ONGs engajadas no processo e consumidores que dão o caráter regional e local à Rede. Parafraseando Carneiro (2001:10), quando alude à localidade como referência espacial, poder-se-ia preconizar para os territórios da agricultura familiar um papel qualificador de um universo de relações sociais específico. A nosso ver, o que qualifica este universo são relações

sociais que se especificam em torno dos valores e objetivos preconizados pela Rede, por sua vez resgatados em suas origens. É por isso que esta nova forma organizacional, a rede, embora possa ter raízes territoriais, transpõe os territórios contíguos sem destruir as conexões, uma vez que o significado identitário de pertencimento se dará, é verdade, a partir do que é próximo. Contudo, será tanto mais forte, quanto a Rede conseguir este amálgama em torno dos valores partilhados. O sentido de pertencimento ultrapassará então os limites acanhados do local ao comprometer-se com os valores gestados e vivenciados na Rede, buscando o desenvolvimento territorial.

Esta parece ser uma característica das redes de credibilidade da agricultura orgânica, pois, sua própria organização a partir dos núcleos parece estimular quase que uma superposição de “grupos de identidade” e “grupos organizacionais” (Ashforth e Mael, 1989). Em outras palavras, na Rede Ecovida, as evidências preliminares da pesquisa nos levam a inferir que a sua identidade social se efetiva a partir dos grupos familiares e dos núcleos, nos quais se fundem as características acima mencionadas dos “grupos de identidade” e dos “grupos organizacionais”. Resta lembrar o importante papel que as ONGs integrantes assumem como centros de intercâmbio e resgate não só de um saber técnico e instrumental ainda que necessário, mas como estimuladores desta sociabilidade sem a qual não se nutre a identidade. As ONGs atuantes na Rede Ecovida no Rio Grande do Sul: CETAP, CAPA e CENTRO ECOLÓGICO, se associaram num consórcio, visando à união institucional pelo fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia.

6. Conclusões, não: considera-

ções a retomar O amálgama da Rede Ecovida de Agroecologia, segundo o que nos foi dado observar até o momento, seria uma visão de mundo fundada principalmente no valor *confiança* entre seus participantes, através da credibilidade acerca da produção e comercialização de produtos alimentares isentos de agroquímicos e considerados nocivos ao ser humano e à natureza. Ao que parece, os princípios preconizados na Conferência do Meio Ambiente –Rio 92– estão se construindo como uma nova consciência ecológica, sobretudo nos territórios de agricultura familiar. A recuperação de um saber “tradicional”, pelo uso de adubos orgânicos e de técnicas preservacionistas do ambiente natural, e que teria sido negado, relegado a segundo plano ou esquecido durante o período mais acentuado da modernização agrícola, ultrapassa os seus próprios limites instrumentais ao aliar-se agora a uma valorização pelo próprio agricultor e por um segmento de consumidores rurais e urbanos, do alimento orgânico ecologicamente produzido e processado.

Passados mais de 10 anos da Rio 92, entre alcances e frustrações quanto aos resultados dela obtidos, experiências afirmativas como esta que está

em curso, acariciam a esperança de que reconstruções identitárias através do associativismo –um caminho que nunca é fácil– acenem com um outro futuro para as gerações presentes e as que nos sucederão.

Registro bibliográfico

Zilá Mesquita,
Márcio Bauer.
“Associativismo em rede:
uma construção identitária
em territórios de agricultura
familiar”. *Pampa. Revista
Interuniversitaria de
Estudios Territoriales*,
Año 1, Nº 1, Santa Fe,
Argentina, UNL
(pp. 147-166).

Bibliografia

- Abramovay, Ricardo.** “A rede, os nós, as teias: tecnologias alternativas na agricultura”, *Revista de Administração Pública* - Rio de Janeiro, 34(6): 159-77, nov./dez. 2000.
- Ashfort, Blake E. y Mael, Fred** (1989) *Social Identity Theory and The Organization*. Academy of Management Review, vol. 14, nº 1, pp. 20-39.
- Assis, William Santos de.** “Redes sociais locais para o processo de inovação em comunidades rurais” in Simões, Aquiles et al. - *Agricultura familiar: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento* Belém, NEAF/CAP/UFPA, 2001, pp.100-120.
- Berger, Peter L. y Luckmann, Thomas** (1985). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 21 ed. Petrópolis, Vozes.
- Bernoux, Philippe** (1985). *A sociologia das organizações*. Porto, RÉ.S.
- Borzeix, Anni; Linhart, Danièle** (1994). “Identidades e práticas linguísticas na empresa”. In: Chanlat, J. F. (org.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo, Atlas.
- Caldas, Miguel e Wood Jr., Thomaz** (1999). “Identidade organizacional” in: Caldas, Miguel e Wood Jr., Thomaz, *Transformações e realidade organizacional - uma perspectiva brasileira*, São Paulo, Atlas AS, pp. 113-134.
- Carneiro, Maria José** (2001). “Ruralidade: novas identidades em construção” - Site do Projeto Rurbano - Unicamp, São Paulo.
- Castells, Manuel** (1999). *O poder da identidade (A era da informação: economia, sociedade e cultura)*. V. 2. São Paulo, Paz e Terra.
- Cuche, Denys** (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, Edusa.
- ENCONTRO de AgriCultura Ecológica** (informação oral - ato de encerramento do encontro). Pelotas, 27 de junho de 2002.
- Freitas, Giovana e Mesquita, Zilá.** “A conciliação de práticas cooperativas com o desafio da conquista e manutenção da sustentabilidade: o caso da Cooperativa Ecovale na região do Vale do Rio Pardo, RS” - Anais em Cd-Rom do *V Simpósio Latino-americano sobre investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários - IESA e V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção - SBSPP*, Florianópolis, SC, maio de 2002.
- Freitas, Giovana e Mesquita, Zilá.** “A realização de práticas sociais cooperativas como vetor da sustentabilidade: a Ecovale” in: Ruschinsky, Aloisio (Org.) *Sustentabilidade: uma paixão em movimento* Porto Alegre, Sulina, 2004, pp. 171-181.
- Khatounian, Carlos Armênio** (2001). “As escolas em agricultura ecológica” - *A reconstrução ecológica da agricultura* Botucatu, SP, Agroecológica - Eventos e Publicações - livraria e Editora agroecológica, pp. 25-31.
- Mesquita, Zilá** (1995). “Do território à consciência territorial”. In: Mesquita, Z. e

Brandão, C. R. *Territórios do cotidiano: uma introdução à novos olhares e experiências*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, Ed. Da Universidade - UFRGS/ Ed. UNISC.

Mesquita, Zilá. “Descobrir-se pela arte na escola: isto é possível?” *Arte e Educação em Revista*, Ano III, nº 4, Dez. 1997. Porto Alegre, pp. 71-80 - Rede Arte na Escola/ Polo UFRGS.

Mesquita, Zilá. “Certificação de produtos orgânicos: percepções no setor de Eco-tecnologias –ECOTEC– da Cooperativa Ecológica Coolméia: primeiras aproximações” Anais em Cd-Rom do *V Simpósio Latino-americano sobre investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários - IESA e V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção - SBSP*, Florianópolis, SC, maio de 2002.

Nkomo, Stella M.; Cox Jr., Taylor (1999). “Diversidade e identidade nas organizações” in: Clegg, S.; Hardy, C.; Nord, W. R. (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais*, V. 1, São Paulo, Atlas.

Nogueira, Roberto Martinez (1995). “Redes sociales: mas allá del individualismo y del comunitarismo” in Dabas, Elina e Najmanovich, Denise (compiladoras) - *Redes: el lenguaje de los vínculos hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil*. Buenos Aires/Barcelona/México, Paidós, pp. 337-344.

Rede Ecovida, Descrição da Rede Ecovida de Agroecologia - documento da rede, 2001.

Rede Ecovida de Agroecologia - documento da Rede, 2000

Santos, Myrian S. dos. “Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, nº 38, out. 1998, pp. 151 - 165.

Scheibe, Karl E. (1985) “Memória, identidade e história”. In: Bassit, Ana Z.; Ciampa, Antônio da C., Costa, Márcia R. (Orgs.) - *Identidade: teoria e pesquisa*. São Paulo, EDUC.

Turck, Maria da Graça Maurer Gomes (2001). *Rede interna e rede social: o desafio permanente na teia das relações sociais* Porto Alegre: tomo Editorial, 64 p. Coleção Amencar.

Warren, Ilse Scherer. “O que há de novo nos movimentos sociais no campo?” - *Redes de movimentos sociais* São Paulo, Edições Loyola, pp.65-77.